



O que são feminismos e quais suas histórias?

Cristiano das Neves Bodart¹

Os feminismos são movimentos sociais e intelectuais que lutam pela igualdade entre homens e mulheres. Eles combinam tanto ações práticas (como protestos e campanhas) quanto reflexões teóricas (Feijó, 2021) para entender e combater as desigualdades de gênero. No caso europeu, isso aconteceu, em parte, porque muitas das mulheres que deram força ao feminismo na segunda metade do século XX eram de classe média, com formação acadêmica em áreas das Humanidades (Pinto, 2010). Com isso, os feminismos se tornaram tanto importantes ferramentas de análise, quanto de transformação social, aspecto conhecido como *praxis*, em que teoria e prática caminham juntos.

Contudo, suas origens em território europeu, na classe média, acabaram por direcionar o movimento para atender inicialmente as demandas das mulheres brancas e dessa classe social, aspecto que se nota na história de muitas outras regiões do mundo, especialmente nos Estados Unidos da América, amplamente criticada por intelectuais negras, como bell hooks (2018).

Marcado por autocríticas, o movimento feminista se diversificou e ampliou suas lutas e incluiu uma variedade de indivíduos, especialmente àqueles oprimidos pelas formas como as relações de gênero foram definidas e legitimadas. Um exemplo disso encontramos no feminismo negro decolonial (Lara, 2021).

Em síntese, os feminismos questionam as estruturas de poder que historicamente perpetuaram a opressão sobre as mulheres (e de outros grupos marginalizados). Apesar de ser muitas vezes generalizados como um movimento único, “feminismo” é plural, composto por diferentes vertentes que refletem contextos históricos, culturais e sociais diversos.

É necessário considerar que o enfoque de muitos movimentos feministas atentam para a interseção entre gênero e outras formas de opressão, como raça, classe, nacionalidade e subalternidade, além de expor a persistência de modelos coloniais nos campos epistêmicos e subjetivos. Essas abordagens ampliaram o escopo da crítica feminista, incorporando perspectivas mais plurais e contextuais (Lugones, 2014). Daí, porque precisamos falar em feminismos, no plural.

¹ Doutor em Sociologia (USP). Docente do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Coeditor do Café com Sociologia. E-mail: cristianobodart@gmail.com

Entre essas vertentes, destacam-se (pelo maior exposição em nível mundial):

- O feminismo liberal, que defende a igualdade de direitos dentro das instituições vigentes, como o mercado de trabalho e o sistema jurídico;
- O feminismo radical, que busca mudanças estruturais profundas para eliminar o patriarcado, entendido como a base das desigualdades de gênero;
- O feminismo interseccional, que por sua vez, integra questões de gênero, raça, classe e outras formas de opressão, reconhecendo que essas categorias estão interligadas e impactam de maneiras diferentes a vida das mulheres;
- O feminismo socialista, que combina a luta contra o patriarcado e o capitalismo, apontando que ambos exploram as mulheres, especialmente no trabalho doméstico e reprodutivo. Defende a transformação simultânea das relações de gênero e do sistema econômico para alcançar a igualdade;
- O feminismo decolonial, que critica a hegemonia do pensamento europeu nas teorias feministas e valoriza as lutas das mulheres no Sul Global, especialmente aquelas que enfrentam opressões marcadas pelo colonialismo.

Essas vertentes (há muitas outras), embora diferentes em suas abordagens, dialogam e contribuem para o avanço na luta pela igualdade de gênero, promovendo um debate enriquecedor sobre as múltiplas formas de enfrentar as desigualdades. Graças às conquistas feministas, muitas barreiras foram rompidas, como o direito ao voto e maior acesso à educação e ao mercado de trabalho pelas mulheres. No entanto, é necessário reconhecer que ainda há desafios significativos, como a violência de gênero e a disparidade salarial, que continuam a demandar mobilização social e políticas públicas eficazes.

Portanto, o feminismo, em suas diferentes expressões, não apenas denuncia as injustiças, mas também aponta caminhos para a construção de uma sociedade mais igualitária, destacando a relevância de uma abordagem coletiva e consciente na superação das desigualdades.

Síntese histórica do feminismo

Um aspecto a ser considerado ao tratarmos das histórias dos feminismos (no plural) é que essas não seguem uma mesma cronologia. Por exemplo, na Europa, especialmente nas regiões leste e sul, o feminismo no campo artístico apresentou dinâmicas diferentes das observadas nos Estados Unidos e no Reino Unido. Essa diferença é ainda mais evidente em regiões consideradas "periféricas", como América Latina, Ásia e África. O diálogo entre os feminismos e os estudos pós-coloniais e decoloniais trouxe uma nova consciência crítica, destacando a necessidade de superar as visões homogeneizantes do feminismo clássico e uma cronologia ancorada na história europeia do feminismo (Simioni; Mayayo, 2023).

Cientes de que existem histórias plurais, buscarei descrever, por questões didáticas, uma “cronologia” que toma as experiências europeias (essas por influenciarem diversas partes do mundo) e brasileiras.

Isto posto, notaremos que ao longo da história, sempre houve mulheres que lutaram por liberdade e enfrentaram grandes riscos, muitas vezes pagando com a própria vida. No caso do contexto europeu e americano, vamos notar que durante a Inquisição, a Igreja Católica foi rigorosa com qualquer mulher que desafiasse seus dogmas (Pinto, 2010). Em período mais recente, vamos encontrar práticas de exclusão aplicadas às mulheres tidas como “mais liberais”, especialmente em se tratando de seus corpos.

É comum encontrarmos um esboço histórico dos feminismos em “ondas” (Feijó, 2021). Aqui optamos não adotar essa prática por seu caráter homogeisante.

Alguns autores e autoras apontam o início do movimento feminista na obra do filósofo Poulin de la Barre, intitulado Sobre a igualdade entre os sexos, publicado em 1673 (Garcia, 2011). Outros, focando nas práticas, destacam ter sido a primeira grande organização feminista, chamada de primeira onda do feminismo, surgiu no final do século XIX, começando na Inglaterra (Pinto, 2010), outros na Revolução Francesa (Feijó, 2021).

No caso da Inglaterra, foi no século XIX que as mulheres, conhecidas como sufragetes, começaram a lutar pelo direito ao voto. Elas organizaram protestos em Londres, enfrentaram prisões e até fizeram greves de fome para chamar atenção para sua causa. Antes disso, vamos encontrar movimentos menores, mas organizados em Paris. “Entre 1789 e 1793 havia 56 clubes republicanos femininos ativos na emissão de petições e com expressão pública de uma voz em feminino que reclamava a presença de mulheres na vida política” (Garcia, 2011, p. 42). Um dos eventos mais marcantes aconteceu em 1913, quando Emily Davison, uma sufragete, se lançou na frente do cavalo do rei durante uma corrida, perdendo a vida em nome da luta. Graças a essa mobilização, o direito ao voto feminino foi conquistado no Reino Unido em 1918 (Pinto, 2010).

No Brasil, as origens dos movimentos feministas estiveram relacionados principalmente a luta pelo direito ao voto feminino, sendo Bertha Lutz (1894-1976) uma das principais lideranças desse movimento. Bióloga e cientista, Bertha estudou no exterior e retornou ao Brasil na década de 1910, iniciando uma intensa campanha pelos direitos políticos das mulheres. Em 1922, ela fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que desempenhou um papel crucial na mobilização por essa causa. Um marco importante foi o abaixo-assinado levado ao Senado em 1927, apoiando o Projeto de Lei do senador Juvenal Lamartine, que propunha o direito ao voto feminino. Após anos de luta, essa conquista veio em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro, garantindo às mulheres o direito de votar e serem votadas (Pinto, 2010).

Outro aspecto relevante dessa primeira onda no Brasil foi o movimento das operárias anarquistas, que lutavam contra as condições degradantes de trabalho enfrentadas pelas mulheres nas fábricas. Organizadas na *União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas*, elas

publicaram manifestos denunciando a exploração laboral e as discriminações de gênero (Pinto, 2010).

Entretanto, tanto no Brasil quanto em outros países, o feminismo perdeu força nas décadas de 1930 e 1940, em parte devido ao contexto político e econômico global. Apenas na década de 1960, o movimento voltou com força, marcando o início da segunda onda do feminismo. Um marco nesse intervalo foi a publicação de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949 (Feijó, 2021). A obra influenciou profundamente o pensamento feminista ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, destacando como as desigualdades de gênero são construções sociais e culturais (Pinto, 2010).

Os anos 1960, foi marcada pela luta por igualdade em vários aspectos da vida. As mulheres começaram a questionar não apenas os direitos políticos, mas também as desigualdades no trabalho, na educação e dentro de casa. Foi nessa época que o conceito de “opressão de gênero” ganhou destaque, e temas como violência doméstica, liberdade sexual e o direito ao aborto entraram na pauta. Essa onda foi fortalecida por movimentos em outros países, como o movimento negro nos Estados Unidos, com o qual o feminismo dialogava.

Nos Estados Unidos, o movimento hippie surgiu como uma contracultura que desafiava os valores tradicionais, defendendo “paz e amor” em meio ao contexto da Guerra do Vietnã. Na Europa, o Maio de 68 representou uma ruptura com a ordem acadêmica e política tradicional, quando estudantes ocuparam a Sorbonne e aliaram-se a operários, questionando a burocratização dos partidos de esquerda e propondo novas formas de organização social. Esse período de efervescência foi também marcado por avanços como a introdução da pílula anticoncepcional, que transformou o controle reprodutivo, e a revolução cultural promovida pela música de bandas como Beatles e Rolling Stones (Pinto, 2010).

Foi nesse cenário de mudanças que o feminismo ganhou força como um movimento libertário, reivindicando mais do que direitos no trabalho ou na educação: buscava uma transformação nas relações de poder entre homens e mulheres. O lançamento do livro *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, em 1963, trouxe à tona as insatisfações de mulheres com os papéis restritivos impostos pela sociedade. Pela primeira vez, o feminismo apontava diretamente a dominação masculina como uma estrutura própria de opressão, distinta das divisões de classe, mas igualmente central. O movimento propunha não apenas igualdade, mas autonomia sobre os corpos e escolhas das mulheres, trazendo uma nova visão de liberdade e poder para as relações humanas.

No Brasil, a década de 1960 foi marcada por uma dinâmica política e cultural distinta do que ocorria em outras partes do mundo, mas igualmente efervescente. Nos primeiros anos, o país viveu transformações significativas: a música revolucionava-se com a Bossa Nova, enquanto, no cenário político, Jânio Quadros renunciava após uma vitória expressiva, gerando instabilidade. João Goulart (Jango) assumiu a presidência em um sistema parlamentarista, adotado como forma de evitar um golpe de Estado. Entretanto, o contexto político se radicalizou rapidamente, com tensões

crecentes entre as forças de esquerda – formadas por partidos, estudantes e o próprio governo - e setores conservadores, como os militares, o governo dos Estados Unidos e uma classe média temerosa diante das mudanças (Pinto, 2010).

Em 1964, essas tensões culminaram no golpe militar, que, inicialmente, adotou uma postura mais moderada, mas rapidamente se transformou em uma ditadura severa. O ponto de ruptura ocorreu em 1968, ano simbólico tanto no Brasil quanto no mundo, com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Esse decreto conferiu poderes absolutos ao Presidente da República, instaurando um regime autoritário que restringiu direitos, intensificou a repressão e consolidou um período de controle rigoroso e perseguições políticas que marcaria a história do país.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) marcou o início de um período significativo para a luta pelos direitos das mulheres ao declarar a Década da Mulher durante a I Conferência Internacional da Mulher, realizada no México. No Brasil, o impacto dessa mobilização global foi sentido em uma série de eventos, como a Semana de Debates “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, promovida pelo Centro de Informações da ONU. Esses debates trouxeram à tona questões importantes sobre a condição das mulheres no contexto brasileiro, ainda marcado pela repressão da ditadura militar (Pinto, 2010)..

Nesse mesmo ano, surgiu em terras tupiniquis o Movimento Feminino pela Anistia, liderado pela advogada e ativista brasileira Terezinha Zerbini (1928-2015). Essa organização desempenhou um papel importante na luta pela anistia política, que seria conquistada em 1979. Além de ser uma pauta de defesa de presos políticos e exilados, o movimento também se tornou um espaço de articulação para mulheres que começavam a ocupar um lugar central na política e nos movimentos sociais do período, reforçando a importância da participação feminina na redemocratização do Brasil.

Durante a ditadura militar, enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, muitas exiladas, especialmente em Paris, entraram em contato com o feminismo europeu. Apesar de enfrentarem resistência de seus companheiros, que viam o feminismo como um desvio da luta contra a ditadura e o capitalismo, elas se organizaram. Um exemplo marcante foi o *Círculo da Mulher*, que, em 1976, lançou a *Carta Política*. Nela, defenderam a necessidade de uma organização autônoma das mulheres para enfrentar a opressão de gênero, sem deixar de lado a luta maior contra as relações de dominação da sociedade capitalista (Pinto, 2010). Esse documento reforçou que a luta feminista não era separada, mas complementava as outras formas de combate às opressões.

Com a redemocratização nos anos 1980, o feminismo brasileiro entrou em uma fase de grande expansão e diversidade temática. Surgiram inúmeros grupos e coletivos em diferentes regiões do país, abordando questões como violência de gênero, sexualidade, direitos trabalhistas, igualdade no casamento, saúde materno-infantil, combate ao racismo e à discriminação sexual. Esses grupos também estabeleceram conexões com movimentos populares de mulheres nas

periferias e favelas, que lutavam por educação, saneamento, habitação e saúde. Influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), esses encontros entre feministas de classe média e mulheres das classes populares promoveram um intercâmbio de ideias e ações, enriquecendo tanto o movimento feminista quanto as lutas sociais mais amplas (Rohden, 1996).

No final do século XX, os feminismos no Brasil se profissionalizaram com a criação de ONGs focadas na aprovação de políticas públicas e na ampliação da participação política das mulheres. O combate à violência doméstica tornou-se central, resultando em conquistas como as Delegacias da Mulher (1985) e a Lei Maria da Penha (2006), que criou mecanismos de proteção contra a violência doméstica e familiar.

Nos anos 2000, as Conferências Nacionais para a Política da Mulher, realizadas em 2005 e 2007, mobilizaram milhares de mulheres e produziram análises fundamentais sobre sua situação no Brasil. Esses avanços fortaleceram a integração das pautas feministas às políticas públicas e à luta pela igualdade de gênero.

Os movimentos feministas europeus, norte-americanos e brasileiros reconheceram, nos anos de 1990 que as experiências das mulheres não são todas iguais e que fatores como raça, classe social e orientação sexual influenciam as opressões vividas, o que trouxe maior diversidade aos movimentos. Nessa fase, o feminismo se tornou mais inclusivo, dando visibilidade a grupos que antes eram marginalizados dentro do próprio movimento, como mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+. Além disso, a cultura pop passou a ser utilizada como ferramenta para espalhar mensagens feministas.

A quarta onda do feminismo, que começou na década de 2010, é marcada pelo uso da internet e das redes sociais. Essa fase deu ainda mais visibilidade às lutas feministas, com campanhas como o #MeToo, que denuncia abusos sexuais e violência contra mulheres. A luta pela igualdade salarial, o combate ao assédio e a defesa dos direitos reprodutivos continuam sendo pautas importantes. A quarta onda também se destaca por seu enfoque na interseccionalidade, ou seja, na compreensão de como diferentes formas de opressão se cruzam, como gênero, raça e classe social (Pinto, 2010).

Os feminismos são movimentos em constante evolução, que buscam incluir e amplificar diversas vozes na luta por igualdade e justiça, incentivando também o engajamento de homens como aliados nesse processo de transformação social. É nesse contexto que um editor do Café com Sociologia, homem, cis, branco e em constante processo de desconstrução, escreve este humilde texto como uma minúscula contribuição para a divulgação de conhecimento sobre os feminismos. Como nos ensina bell hooks, os feminismos não são anti-macho, mas sim uma luta contra o sexismo, cujas raízes estão na violência patriarcal - estrutural e intersubjetiva.

Referências

FEIJÓ, Fernanda. O que é feminismo?. In: BODART, Cristiano das Neves. *Conceitos e categorias fundamentais do ensino de Sociologia*, vol. 1. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. p.59-64.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2011.

hooks, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luzia Libânio. 1.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LARA, Juliana Rocha. O que é feminismo negro decolonial?. Cristiano das Neves. *Conceitos e categorias fundamentais do ensino de Ciência Política*, vol. 1. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. p. 83-88.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: JIMÉNEZ-LUCENA, Isabel; LUGONES, Maria; MIGNOLO, Walter.; TLOSTANOVA, Madina. (Orgs.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2014, pp. 13-42. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/G%C3%A9nero-y-descolonialidad-by-Walter-Mignolo-Mar%C3%ADa-Lugones-Isabel-Jim%C3%A9nez-Lucena-Madina-Tlostanova-z-lib.org .pdf>

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>

ROHDEN, Fabíola. Feminismo do sagrado: uma reencarnação romântica da diferença. *Estudos feministas*, n.1, 1996. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v04n01/v04n01a06.pdf>

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; MAYAYO, Patricia. Feminismos em campo expandido: 50 anos depois de “Why have there been no great women artists?”, qual foi o impacto do feminismo para além dos centros hegemônicos?. *MODOS revista de história da arte*, v. 7, n. 2, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8673527/32056>

Como citar este texto:

BODART, Cristiano das Neves. O que é feminismo e qual a sua história? *Blog Café com Sociologia*, dez. 2024. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/feminismos-e-suas-historias/>

Atividades didática-pedagógicas

1. Sobre a diversidade das vertentes feministas, é correto afirmar que:

- A) Todas as vertentes feministas buscam apenas a igualdade no mercado de trabalho.
- B) O feminismo liberal e o feminismo radical têm como foco exclusivo o combate ao patriarcado.
- C) O feminismo interseccional integra questões de gênero, raça e classe, reconhecendo suas interconexões.
- D) O feminismo decolonial tem como base teórica o feminismo europeu clássico.

2. De acordo com o texto, uma característica marcante do feminismo decolonial é:

- A) O foco exclusivo em mulheres brancas de classe média.
- B) A valorização das lutas das mulheres do Sul Global contra as opressões marcadas pelo colonialismo.
- C) A exclusão das questões de gênero nas críticas pós-coloniais.
- D) A rejeição de todas as demais vertentes feministas.

3. Qual evento internacional foi um marco na luta pelos direitos das mulheres e promoveu debates sobre suas condições no Brasil durante a década de 1970?

- A) A I Conferência Internacional da Mulher, promovida pela ONU, em 1975.
- B) A promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006.
- C) O surgimento do Movimento Feminino pela Anistia, em 1976.
- D) A Semana de Debates promovida pelo Centro de Informações da ONU, em 1985.

4. Pesquise o significado do conceito de interseccionalidade e explique como ele contribui para a ampliação das perspectivas feministas e exemplifique sua aplicação no contexto brasileiro.

5. O texto menciona que os feminismos têm uma história plural e que muitas vertentes surgiram a partir de críticas internas. Analise como o feminismo negro decolonial dialoga com outras vertentes feministas e quais aspectos ele enfatiza no combate às desigualdades.

Respostas corretas das questões de múltiplas escolhas: 1 C, 2 B e 3 A